



## **MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Av. Rio Branco, nº 50, Bairro Santa Lúcia, 29056-255 – Vitória – Espírito Santo

27 3357-7534 / 3227-5564 ramal 3004

### **Relatório de Sistematização do Seminário de Avaliação e Integração das Políticas de Ensino**

26, 27e 28 de outubro, Domingos Martins-ES

## 1 - Apresentação e breve histórico da construção do seminário

Com a finalidade de realizar uma escuta sistemática dos *campi* em relação ao desenvolvimento da política de ensino do Ifes, a partir da percepção dos alunos e servidores responsáveis pela execução dessa política nos *campi*/Cefor, a Pró-reitoria de Ensino (Proen) realizou o primeiro Seminário de Avaliação e Integração das Políticas de Ensino, nos dias 26, 27 e 28 de outubro de 2015. Esse seminário contou com 146 (cento e quarenta e seis) participantes, distribuídos entre alunos, servidores dos diferentes setores administrativos de ensino nos *campi* e no Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância (Cefor), docentes, gestores e representantes das pró-reitorias de ensino, extensão e pesquisa, assim como do gabinete da Reitoria.

Cumprir destacar que foram traçados objetivos prévios para que este grupo de trabalho se constituísse da forma mais representativa e qualificada possível. Isso porque, desde o início de sua concepção, além do espaço de debate riquíssimo que tal evento nos proporcionaria, também era de nossa vontade que saíssemos desse encontro com um documento que conseguisse sintetizar as análises e proposições que emergiram no âmbito dos grupos de trabalho, as quais, sem dúvida, constituíram o momento mais rico desse evento.

Dentre esses objetivos mencionados, dado o número limitado de vagas, foi primordial a garantia de certa proporcionalidade dos participantes, para a composição do grupo de trabalho. Desta forma, levou-se em consideração a quantidade de alunos e o total de servidores vinculados aos setores de ensino em cada *campus*/Cefor. Por isso, fizemos a opção de um número mínimo de quatro participantes por *campus* e estabelecemos que, a cada fração de 500 alunos, o *campus* teria 1 representante a mais no evento.

O segundo objetivo era que todos os setores ligados ao Ensino estivessem representados. Não houve muito direcionamento nesse aspecto específico no âmbito dos *campi*; neles, o único critério estabelecido foi que os servidores deveriam estar ligados ao ensino, mas percebemos que a escolha de representantes conseguiu cumprir essa meta. Além disso, houve orientação aos *campi* quanto à importância da presença de estudantes. Também garantimos a representação de todos os Fóruns constituídos ligados à Proen, quais sejam: Fórum de Gestão Pedagógica (FGP), Fórum Interdisciplinar de Assistência Estudantil (Fiae), Fórum dos Núcleo de Atendimento de Pessoas com Necessidades Específicas (Fonapne) e o Fórum de Bibliotecários (FBI). Além disso, conseguimos também garantir a representação do Diretório Central dos Estudantes do Ifes.

Nosso terceiro e último objetivo previamente estabelecido foi que pudéssemos garantir

um momento formativo, até mesmo como forma de subsídio dos participantes no seminário. Nesse sentido, garantimos três momentos prévios e distintos de discussão.

O primeiro momento teve como tema a “Contextualização da Política de Ensino do Ifes” e tratou de um panorama institucional através da exposição de metas institucionais, legislações pertinentes à organização da rede federal e dados do Ifes. Essa mesa foi conduzida pela Pró-reitora de Ensino, prof<sup>a</sup>. Araceli Verónica Flores Nardy Ribeiro, e teve como objetivo apresentar e esclarecer aos participantes os diferentes dados e documentos que incidem na política de ensino, bem como aquilo que o Ifes vem conseguindo realizar diante desse contexto e dos novos desafios que precisaremos enfrentar.

Em um segundo momento tivemos o tema “Múltiplos Olhares sobre a Política de Ensino do Ifes”. Essa foi uma mesa composta exclusivamente por alunos e teve como objetivo apresentar uma síntese de como os sujeitos destinatários das políticas de ensino avaliam tais políticas. Para tanto, reunimos nessa mesa o aluno Guilherme Gomes Viza Júnior, representante do Diretório Central dos Estudantes do Ifes e discente do *Campus* Cachoeiro de Itapemirim; o aluno Marcos Antônio Vanderlei Barbosa, do segmento da Educação de Jovens e Adultos do *Campus* Vitória; e Leonan Miguel Dueles Rocha, aluno surdo do *Campus* Itapina, representando os alunos atendidos pelos Napnes.

Por fim, nossa última mesa anterior à composição dos grupos teve como tema “Experiências de Trabalhos Integrados e Interdisciplinares no Ifes”, cujo objetivo foi apresentar algumas experiências que buscam desenvolver um trabalho integrado e interdisciplinar e que são desenvolvidas por servidores do Ifes. Grande parte dessas experiências, ainda em curso, serviram para nos mostrar a importância dessa diretriz de integração entre as áreas do conhecimento presentes nos setores de ensino do Ifes. Dessa mesa participaram Juliana Peterle Ronchi (psicóloga) e Adriana Gomes Silveira (docente), ambas servidoras do *Campus* Venda Nova do Imigrante. Participaram ainda Andressa Paula Fadini de Sousa, Técnica em Assuntos Educacionais do *Campus* Santa Teresa, além do docente e Diretor-geral do *Campus* Barra de São Francisco, prof. Jean Ruby de Oliveira Lopes, e Luciane Serrate Pacheco Bacheti, pedagoga do *Campus* São Mateus.

Com isso, nossa expectativa foi de que todos pudessemos ter mais subsídios para construir a avaliação institucional a que nos propusemos, a partir dessas mesas, que nos deram um panorama significativo do atual contexto educacional do Ifes. Cabe destacar que essa programação foi determinada a partir do que pudemos observar como demanda no decorrer das visitas que a Proen realizou em nossos *campi* em

2015. Dessa forma, embora a equipe organizadora do evento tenha se concentrado no âmbito da Proen, ela sempre buscou estabelecer um diálogo permanente com a realidade dos *campi* para a construção desse evento, que não teria sido possível de outra forma.

Esse diálogo e acúmulo junto aos *campi* também serviu como subsídio para a escolha dos temas que foram debatidos ao longo de um dia de trabalho. Com base nesses temas, os grupos deveriam debater, analisar as deficiências presentes na instituição, pertinentes a cada temática, e sugerir ações para a superação dessas deficiências. Os temas debatidos foram os seguintes:

1. Integração e interdisciplinaridade nos setores de ensino;
2. O currículo da educação profissional frente às novas/antigas demandas dos sujeitos;
3. A gestão democrática e a democracia da gestão: estratégias e diretrizes para a melhoria dos processos de discussão e decisão coletiva no Ifes;
4. Garantia do direito à educação: ampliação de acesso, permanência e sucesso.

Esses temas, portanto, foram escolhidos porque perpassam a maior parte dos problemas presentes nos *campi* e na instituição de uma forma geral. Essa foi a síntese que a equipe da Proen conseguiu realizar do diálogo que se abriu com essas visitas.

## **2 - Da classificação e organização das proposições**

Os resultados das discussões dos quatro grupos de trabalho são apresentados no **Anexo I** a este documento. A partir da leitura dessas propostas, elaboramos uma primeira classificação das mesmas, na qual foram atribuídos responsáveis “prioritários” por executar tais ações no Ifes, uma vez que nem todas as propostas apresentadas no seminário estão exclusivamente no âmbito de atuação da Proen. Algumas dessas propostas devem ser apresentadas às demais pró-reitorias, para que sejam avaliadas quanto à possibilidade de sua execução.

A classificação das propostas de acordo com a responsabilidade dos envolvidos está apresentada no **Anexo II** deste documento. Além disso, são destacadas outras informações sobre cada questão apontada, como alguns direcionamentos, bem como o possível período de execução. Essas propostas foram organizadas da seguinte forma:

Tabela A - Ações que devem ser organizadas prioritariamente pela Proen;

Tabela B - Propostas que a Proen deverá analisar em conjunto com os *campi*;

Tabela C - Ações a serem desenvolvidas nos *campi*;

Tabela D - Relação das demais propostas a serem avaliadas junto a outras pró-reitorias.

Destacamos também algumas proposições dos grupos de trabalho que não possuem como desdobramento uma ação ou um responsável específico, mas que podemos incorporar como Diretrizes Gerais e Princípios a serem observados. Alguns deles exigirão inclusive uma série de ações, a fim de que sejam efetivados.

Diretrizes Gerais e Princípios a serem observados na formulação e execução das políticas:

- Comprometimento com a participação nas decisões e discussões;
- Criação de um ambiente propício que estimule trabalhos integrados entre os setores de ensino;
- Transformação de nossas metas e objetivos educacionais em ações concretas com a participação efetiva da comunidade escolar;
- Atuação de modo intersetorial diante das questões curriculares;
- Participação efetiva de todos os segmentos profissionais dos *campi* na elaboração, reformulação e avaliação de todos os projetos institucionais, aliada a reuniões contínuas entre toda a comunidade escolar, para acompanhamento desses processos;
- Fortalecimento da interdisciplinaridade entre pedagogia, serviço social e psicologia;
- Fortalecimento das redes identitárias, por meio dos Napne, do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros e Indígenas (Neabi), de grupos de mulheres e outros;
- Fortalecimento e atuação permanente dos setores pedagógicos, promovendo a discussão e a formação de servidores (socialização dos cursos de formação, incentivo à participação nestes, entre outros).

Diante dessas proposições/princípios, percebemos que a necessidade de integração, de fortalecimento dos espaços coletivos, de viabilização de um trabalho interdisciplinar, é compartilhada pela comunidade acadêmica. Com isso, acreditamos que a temática do seminário, que apontava para uma perspectiva de integração das políticas de ensino, foi em grande medida acertada, uma vez que essas proposições reforçam a demanda identificada.

Na sequência de organização e classificação das propostas, buscamos perceber também o que aparecia com maior incidência na sistematização dos grupos. Lendo as proposições, é possível estabelecer uma cadeia semântica em torno de ideias/conceitos que, embora não apareçam de forma homogênea quanto ao sentido do que representam, a sua presença e reincidência nos diferentes grupos apontam, no mínimo, um incômodo institucional com alguns aspectos que precisam ser mais bem trabalhados e que nos demandam uma resposta mais urgente. Neste caso específico, tentamos sistematizar essas ideias em eixos de atuação prioritários. A principal finalidade é que, dentre as várias ações propostas, possamos estabelecer nosso campo prioritário de ação.

### **3 - Das demandas prioritárias**

Mesmo considerando a importância de todas as contribuições e sugestões, passamos a destacar agora aquelas que apareceram para nós de forma mais recorrente nas propostas e as quais, por isso, acreditamos deverem constituir-se como demandas prioritárias. Tais demandas, provavelmente, deverão se desdobrar em diferentes ações para que sejam, de alguma forma, atendidas. Com isso, pretendemos atender o maior número de demandas possíveis levantadas nesse evento, que foi muito rico. Porém, é sempre importante que tenhamos um foco prioritário de ação, mesmo porque, a partir da análise das proposições, é notória a prioridade com que algumas demandas surgem e, por esse mesmo motivo, exigem um tratamento especial.

#### **EIXO I: Da necessidade de consolidação de uma política de formação efetiva**

Dentre essas contribuições, a que mais se destacou nos diferentes grupos foi a necessidade de uma intervenção de caráter formativo. Para diferentes fins e também em parte pela ausência temporária da formação de ambientação dos servidores, a formação apareceu em todos os grupos de forma direta ou indireta, mostrando que esta é uma demanda concreta. Consideramos não somente as propostas de formação continuada como convencionalmente conhecemos, mas as diversas sugestões de seminários, palestras instrucionais, momentos de troca de experiência, instituição de coletivos de discussão e outros.

O aspecto positivo dessa constatação é que, diante dos inúmeros problemas e dificuldades levantadas, a maior parte da comunidade acadêmica aposta na ação educativa para a solução de tais problemas. Ou seja, acreditamos de fato que a educação é uma ferramenta de mudança das pessoas e das instituições.

Diante dessa demanda, entendemos ser importante que a Proen, por meio do Cefor, elabore um programa de formação amplo, que reúna inúmeras ações formativas, com a contribuição dos *campi*. O Ifes possui um enorme potencial formativo, dada a própria diversidade da formação de seus servidores. Além disso, percebemos que inúmeras ações ocorrem nos *campi* a partir de iniciativas de servidores ou setores, de forma isolada. A articulação desse programa deverá considerar essa potencialidade da instituição, buscando convergir essas ações para a constituição de um “cardápio formativo”, com diferentes cursos e para diferentes finalidades dentro de temas que se relacionem com as atividades do ensino.

O envolvimento prioritário do Cefor nessa ação decorre do fato de que, em sua reformulação, na ocasião em que se constituiu como Centro de Formação, ele passou a assumir essa tarefa institucional, e, nesse sentido, não vemos possibilidade de pensar em ações paralelas à sua atuação.

Ressaltamos que a formação de servidores não é uma ação específica da Pró-reitoria de Ensino. Nossa intenção é propor uma ação que possa contribuir e somar com essa política de formação mais ampla que deve se consolidar na instituição.

→ *Proposição: Elaboração e execução de um programa de formação continuada de servidores, aproveitando prioritariamente servidores do Ifes para que atuem como formadores, e em conjunto com o Centro de Formação e Educação a Distância – Cefor.*

## **EIXO II: Das mudanças curriculares necessárias**

O segundo aspecto que nos aparece é a necessidade de uma discussão sobre currículo. Há um incomodo em vários aspectos na conformação de nossos currículos atuais e a convicção de que muito do que está posto hoje como prática necessita ser alterado. Contudo, há institucionalmente uma enorme dificuldade em realizar tais alterações. Isso também porque não nos parece muito claro que haja um consenso sobre o que exatamente mudar em nossos currículos. Ou seja, se há concordância de todos em que necessitamos de uma mudança curricular em vários de nossos cursos, o *que* mudar e o *porquê* dessas mudanças também são pontos que precisam ser trabalhados.

Por um lado, essa demanda também se vincula à primeira que destacamos anteriormente com relação à formação, uma vez que precisamos ter mais bem formulada essa concepção ou essas concepções curriculares que atravessam a instituição. É necessário, portanto, que tenhamos algum tipo de subsídio formativo que

nos permita identificar nossos principais desafios e traçar uma diretriz mínima daquilo que precisa ser alterado.

Além desta perspectiva formativa sobre o currículo, precisamos criar objetivamente estratégias de indução, de discussão e de alteração de nossos currículos, promovendo debates, orientando os *campi*, criando maior agilidade nos procedimentos de tramitação interna e outros. O maior desafio em relação às alterações curriculares é que elas deverão ocorrer paralelamente a uma ampla mobilização da comunidade acadêmica. Ainda que tenhamos a capacidade de elaborar novas formulações curriculares, se estas não tiverem o amplo apoio dos profissionais envolvidos, não nos será possível efetivar tais alterações. Por isso, contamos com uma ampla mobilização de todos para essa empreitada e, em especial, de todo nosso corpo docente, que tem seu trabalho diretamente afetado pela organização dos currículos.

→ *Proposição: Viabilizar a construção coletiva de uma diretriz institucional para a reformulação dos currículos no Ifes e elaborar estratégias de indução dessas reformulações.*

### **EIXO III: Do fortalecimento e da ampliação dos espaços multidisciplinares de discussão no Ifes**

Entre as propostas restantes, há uma diversidade de questões a serem abordadas, e muitas delas são fruto de demandas básicas de organização de gestão local. Somado a isso, percebemos também uma lacuna quanto a determinadas orientações e diretrizes que poderiam sanar parte desses problemas locais e contribuir para a construção da identidade da política de ensino do Ifes.

Ocorre que muitas dessas demandas necessitam de uma análise técnica e multidisciplinar que a Pró-reitoria de Ensino não consegue encaminhar isoladamente. As instâncias de decisão da instituição, muitas vezes, não conseguem acompanhar todas essas demandas. Nesse sentido, sugerimos a experiência de instituição de um Fórum de Gestão do Ensino, que, diferentemente dos fóruns já existentes, busque tratar das questões educacionais de uma forma mais abrangente, tendo como base de funcionamento esse caráter interdisciplinar. Essa integração, já vivenciada de alguma forma em nosso seminário de avaliação, nos deu uma impressão muito positiva dessa experiência, que acreditamos ser importante continuar, inclusive com a possibilidade de que essa organização tenha um lastro nos *campi*, conforme sugerido em algumas propostas anteriormente apresentadas. Ou seja, é importante que, em cada *campus*, haja uma comissão ou fórum multidisciplinar interno de discussão permanente, com



representação indicada por este grupo para compor o fórum institucional.

→ *Proposição: criar uma instância de discussão, avaliação e proposição das políticas de ensino, com representantes dos campi e dos diferentes setores que constituem o ensino. Estabelecer diretrizes de funcionamento, a fim de que esse espaço apoie e subsidie os espaços de discussão já estabelecidos no Ifes, como Câmaras e Conselhos.*

As propostas apresentadas no encontro as quais não foram mencionadas envolverão, em nossa análise, a articulação com outras pró-reitorias, para que tenham possibilidade de ser efetivadas. Nesse sentido, elencamos tais propostas no Anexo I deste documento, com o objetivo de que, ao longo do ano de 2016, possamos estabelecer uma agenda de discussão com essas pró-reitorias, para encaminhamento das propostas apresentadas.

#### **4. Avaliação do Seminário**

Para realizarmos a avaliação das ações a serem executadas em função dos trabalhos desenvolvidos neste Seminário, solicitamos que cada *campus*/Cefor responda às questões a seguir. Estas devem ser respondidas pelos participantes do evento em seu *campus*, podendo também estender-se para outros servidores/alunos que, embora não tenham estado presentes, desejem avaliar e contribuir a partir deste documento ora apresentado.

1) A partir dos resultados apresentados neste relatório do “Seminário de Avaliação e Integração das Políticas de Ensino do Ifes”, como o *campus* avalia a pertinência do Evento? O *campus* se reconhece nelas e compartilha da maior parte das reflexões e proposições apresentadas? Por quê?

2) O *campus* compreende que a metodologia de estruturação e organização do evento permitiu a participação de todos e garantiu a representatividade dos setores do ensino? Por quê?

3) O *campus* entende que seria pertinente que houvesse outros eventos como esse? Por quê?

4) Outras observações que o Campus queira destacar:



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Av. Rio Branco, nº 50, Bairro Santa Lúcia, 29056-255 – Vitória – Espírito Santo

27 3357-7534 / 3227-5564 ramal 3004

### ANEXO I ao Relatório de Sistematização do Seminário de Avaliação e Integração das Políticas de Ensino do Ifes

#### Dados originais do seminário organizados por eixo de discussão

	<b>Identificação dos problemas e desafios no âmbito da política de ensino.</b>	<b>Quais as tentativas para a superação dos desafios?</b>	<b>Proposição das diretrizes e ações para solucionar ou minimizar os problemas levantados, ou ações que devem ser ampliadas/reforçadas.</b>
GRUPO 1 - A Gestão democrática e a democracia da gestão: estratégias e diretrizes para a melhoria dos processos de discussão e decisão coletiva no ifes	Falta de compreensão do processo de gestão democrática;	Compartilhamento das responsabilidades;	Comprometimento com a participação das decisões e discussões;
	Desconhecimento pelos alunos em relação aos mecanismos de participação nos órgãos de gestão do instituto;	Orientação/informação aos discentes quanto ao papel e à responsabilidade dos representantes estudantis nos órgãos de gestão do instituto;	Valorização acadêmica no currículo discente para estimular a participação de alunos como representantes da categoria nos órgãos de gestão do instituto;
	Falta de divulgação do processo de implementação das ações definidas no planejamento estratégico (2014-2019);	Divulgação do andamento da implementação do planejamento estratégico no site institucional;	Maior divulgação nos campi a respeito do andamento das ações de implementação do planejamento estratégico;

	Falta de formação inicial e continuada para servidores, principalmente em cargos de gestão;	Ambientação institucional para novos servidores;	Implementar uma política institucional de formação inicial e continuada de servidores;
	Identificação das rotinas/procedimentos de trabalhos;	Processo de implementação do Sistema Integrado de Gestão;	Aceleração do processo de implementação do Sistema Integrado de Gestão integrada; Criar um ambiente propício que estimule trabalhos integrados entre os setores de ensino;
	Fortalecimento dos fóruns temáticos.		Transformar nossas metas e objetivos educacionais em ações concretas com a participação efetiva da comunidade escolar;
GRUPO 2 - o currículo da educação profissional frente às novas/antigas demandas sociais e os sujeitos	Falta de integração curricular	<ul style="list-style-type: none"> <li>- criação de comissões para atualização dos PPCS;</li> <li>- formação dos docentes e técnico-administrativos em educação;</li> <li>- realização de encontro com os alunos;</li> <li>- projetos integradores;</li> <li>- planejamento curricular.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- atualização dos PPCS para currículos integrados, com envolvimento de toda a comunidade escolar;</li> <li>- formação pedagógica continuada para a integração curricular;</li> <li>- projetos integradores de ensino, pesquisa e extensão, revisados a cada semestre/período;</li> <li>- projetos de referência dos cursos do ifes.</li> <li>- atuação intersetorial diante das questões curriculares</li> </ul>
	Atendimento às diversidades dos sujeitos da educação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- criação de núcleos ou comissões para responder a essas demandas;</li> <li>- reuniões interdisciplinares;</li> <li>- revisão e flexibilidade dos conteúdos;</li> <li>- ambientação – diagnosticar as dificuldades e as potencialidades, fazer</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- intensificar/ampliar o projeto “portas abertas”, em parceria com as secretarias municipais e estaduais (técnicos e superiores);</li> <li>- comissões de processos seletivos locais devem fortalecer as parcerias com estado e municípios, divulgar (visitas em escolas, palestras nos campi) e orientar em relação ao edital (auxílio para inscrição);</li> <li>- institucionalizar a divulgação dos ps;</li> <li>- promover seminários de avaliação das políticas de ensino no campus antes de um evento maior;</li> <li>- criar diretrizes para adaptação/flexibilização curricular;</li> <li>- adaptar o sistema acadêmico à flexibilidade do currículo, quando necessário;</li> <li>- promover seminários internos nos campi;</li> <li>- oferecer monitoria especial para alunos com necessidades específicas;</li> </ul>

		<p>nivelamento;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- projeto “ifes portas abertas”;</li> <li>- visitas a secretarias estaduais e municipais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- adequar o currículo às realidades locais;</li> <li>- revisar os PPCS de modo a explicitar o atendimento às diversidades dos sujeitos nos cursos e a tematização dos conteúdos relacionados às questões étnicas, raciais, de gênero, geracionais, de direitos humanos etc., contemplando as diretrizes dessas temáticas;</li> <li>- fortalecimento das redes identitárias, por meio dos Napnees, Neabs, grupos de mulheres etc.</li> </ul>
	Lugar da formação docente continuada e o planejamento curricular	<p>Uso de ambiente virtual como auxílio para encontros de formação continuada com os professores</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- criação de cursos de formação docente e de equipe multidisciplinar com gestão do Cefor e dos setores pedagógicos dos campi;</li> <li>- inclusão na carga horária do professor momento para planejamento coletivo integrado por área e por modalidade;</li> <li>- formação continuada modular (ex.: curso sobre avaliações, diferentes metodologias, etc), com certificação por módulo e no final, podendo se tornar aperfeiçoamento ou especialização;</li> <li>- garantia, no calendário, de um período para planejamento integrado.</li> </ul>
	<p>Como avaliar permanentemente o currículo? Quais critérios devem ser utilizados para avaliar o currículo diante das exigências legais e sociais?          Quem poderia avaliar?          Quem poderia ficar responsável pela avaliação do currículo? O que poderia ser levado em consideração ao avaliar-se o currículo?</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- comissão curricular para avaliar as matrizes curriculares já feitas em alguns campi;</li> <li>- ajustes que estão sendo feitos nas matrizes dos cursos concomitantes e integrados;</li> <li>- observatório de egressos, reuniões de estágio para avaliar as demandas do mercado de trabalho.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- formação de comissão composta por sociedade (arranjo produtivo local), pais, professores, servidores TAE, formandos e egressos;</li> <li>- definição dos parâmetros curriculares (público, mercado e infraestrutura)</li> <li>- definição dos indicadores de modo a realizar as avaliações e revisões periódicas</li> </ul>
	<p>Qual é a direção a ser dada na articulação da pesquisa e da extensão ao ensino? Qual é o lugar da “prática” nesse processo? E diante das exigências legais e sociais?</p>		<ul style="list-style-type: none"> <li>- reformular matrizes, ementas e cargas horárias, integrando pesquisa e extensão com o conteúdo programático;</li> <li>- criar componentes curriculares. Ex.: iniciação científica, extensão e responsabilidade social, pesquisa aplicada e extensão tecnológica;</li> <li>- promover encontros entre os campi do ifes nas grandes áreas de conhecimento, para compartilhar experiências de ensino, pesquisa e extensão;</li> <li>- inserir no PPC pesquisa e extensão como atividade complementar em pelo menos 50% da carga horária das atividades complementares.</li> </ul>

GRUPO 3 Integração e Interdisciplinaridade nos Setores de Ensino	Falta de formação e apropriação do conhecimento da concepção do PPI; desconhecimento do processo de desenvolvimento do currículo compreendido de forma integrada com ensino, pesquisa e extensão	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Encaminhamento dos projetos (PPI, PDI, PNE) por via eletrônica;</li> <li>-Convites aos servidores para discussão dos documentos;</li> <li>-seminários integradores sobre políticas de ensino;</li> <li>-curso de ambientação já realizado para novos servidores (fora do contexto)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reestruturar a ambientação para novos servidores, possibilitando a apropriação das políticas de ensino do ifes;</li> <li>- Criar processos de formação continuada, utilizando as TICs (estrutura do Cefor);</li> <li>-Elaborar coletivamente (âmbito do ifes e dos campi) manuais com procedimentos básicos dos servidores e outro para alunos;</li> <li>- Criar momentos de troca de experiências entre servidores para o desenvolvimento das práticas escolares (grupos de estudos, oficinas etc);</li> <li>- Inserir os projetos de ensino, pesquisa e extensão dentro da carga horária curricular, envolvendo todos os servidores;</li> <li>-Criar rotinas de planejamento coletivo das áreas afins;</li> <li>-Mudança dos projetos de curso para contemplar as diretrizes do pdi/ppi/pne;</li> <li>-Fortalecimento e atuação permanente do setor pedagógico, promovendo a discussão e formação de servidores (socialização dos cursos de formação, incentivo, etc)</li> </ul>
	<p>Decisões da gestão – norteador de ações;</p> <p>Interlocução (administrativo – pedagógico – pesquisa – extensão);</p> <p>Projeto de pesquisa, ensino e extensão (integração dos servidores com os estudantes nos projetos);</p> <p>Formação continuada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Priorizar o planejamento estratégico / projeto de definição de atribuição de setores;</li> <li>- Compor o conselho de gestão dos campi;</li> <li>- Projetos de pesquisa e extensão;</li> <li>- Jornadas de iniciação científica;</li> <li>- Bolsas da PRPPG;</li> <li>- Alguns cursos do cefor</li> <li>Cursos de servidores</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reconstrução coletiva das atribuições de todos os servidores nos diferentes setores</li> <li>Definição dos fluxos de trabalho;</li> <li>- Consolidação das atribuições e fluxos com os diferentes setores de forma cooperativa;</li> <li>- Reflexão sobre a possível aglutinação de setores;</li> <li>- Promoção de mais eventos de divulgação de ações e comunicação mais estreita e efetiva das atividades desenvolvidas;</li> <li>- Divulgação das ações das coordenadorias, inclusive nas reuniões de conselhos de gestão;</li> <li>- Reformulação dos PPCs na perspectiva interdisciplinar;</li> <li>- Formação continuada local (em cada campus) e regional para docentes e tecnico-administrativos sobre uso de TICs, temas transversais, reflexão do processo de docência;</li> <li>- Promoção de seminários para possibilitar compartilhamento de experiências de sucesso.</li> </ul>

	(CDS) Orientações normativas e resoluções	
Como efetivar a integração e a interdisciplinaridade no currículo?	- Curso de ambientação; Jornada pedagógica	- Inserir questões de educação no processo seletivo; - programa de ambientação sobre interdisciplinaridade e integração nos campi (explicação sobre o papel dos setores); - Encontros regionais sobre o tema / trocas de experiências; - Articular e efetivar comissões mistas (locais e regionais); - Proen: efetivar e articular a diretriz de integração e interdisciplinaridade.
- Interlocução (administrativo – pedagógico – pesquisa – extensão)  - Projetos de pesquisa, extensão e ensino – integrar os servidores TAE nos projetos com os professores (planejamento integrado)	- Ocorrência de ações pontuais, por meio de projetos, que não são incentivadas pela instituição;  - Falta de implicação dos atores da escola (servidores, professores e estudantes) enquanto coletivo, acarretando a não participação e não mobilização para mudança desta realidade.	- Participação efetiva de todos os segmentos profissionais do campus na elaboração, reformulação e avaliação de todos os projetos institucionais, aliados a reuniões contínuas entre toda a comunidade escolar, para acompanhamento dos mesmos;  - Reuniões contínuas entre toda comunidade (servidores, estudantes e professores) para conhecimento das competências de cada um, por meio de oficinas, seminários, dentre outros;  - Proposição de um projeto de sensibilização para toda comunidade para tentar romper com o não movimento, que interfere na efetivação da política de educação;  - Orientação quanto aos editais no incentivo da participação associada de, pelo menos, 2 coordenadores, tanto de curso quanto administrativos;  - Incentivo da participação do técnico-administrativo com autonomia para coordenar um projeto de extensão e atribuição de carga horária.
- Há uma falta/perda de foco dos objetivos centrais da escola em relação à oferta de uma educação de qualidade e ampliação das possibilidades de êxito dos alunos	- Há algumas experiências de gestão: fóruns de gestão de ensino, plenárias deliberativas com alunos. Porém tais ações ainda ocorrem de forma pontual e/ou isolada	- Criação de fóruns locais e do Ifes da política educacional, com representação de todos os segmentos, a fim de fazer uma discussão dos temas estratégicos para educação e de dar maior coesão à política educacional do ifes.
- Processo seletivo:		- Estabelecer diretrizes para a elaboração das provas por meio de ampla discussão

GRUPO 4 - garantia do direito... - Integração e interdisciplinariedad e nos setores de ensino	divulgação, complexidade dos editais, provas.		<p>pelos campi;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar o manual do candidato simplificando a linguagem;</li> <li>- Otimizar o tempo de publicação do edital e do material de divulgação;</li> <li>- Ampliar a divulgação do ifes e dos cursos;</li> <li>- Facilitar a comprovação do aluno como cotista.</li> </ul>
	- dificuldade de lidar com o público plural do ifes.		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Propiciar ambientação pedagógica para os servidores ingressantes no Ifes (discutindo EJA, diversidade, inclusão, documentos institucionais, didática etc. )</li> <li>- Oferecer momentos formativos sistematizados para os servidores.</li> </ul>
	- Evasão e retenção		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Flexibilizar os horários de aula, considerando os cursos concomitantes, o Proeja e os cursos noturnos.</li> <li>- Implementar carga horária de curso que viabilize a monitoria, a tutoria, o reforço escolar, o atendimento individualizado e as aulas extras.</li> </ul>
	- Necessidade de garantia dos direitos dos alunos com necessidades específicas e com dificuldades de aprendizagem		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estruturar os Napnes dos campi (infraestrutura, AEE, monitores específicos e equipe mínima);</li> <li>- Formação continuada para servidores;</li> <li>- Proporcionar acessibilidade nos campi;</li> <li>- Fortalecer a interdisciplinaridade entre pedagogia, serviço social e psicologia.</li> </ul>
	- Falta de espaços/tempos para atividades esportivas e culturais		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Efetivar a criação e o funcionamento dos núcleos de arte e cultura nos campi;</li> <li>- Garantir os tempos necessários desde os PPCS.</li> </ul>
	- Falta de acompanhamento mais efetivo da assistência estudantil (para alunos de cursos presenciais e EAD)		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criar uma metodologia de acompanhamento da assistência estudantil;</li> <li>- Estruturar a equipe de assistência estudantil de acordo com o número de alunos dos campi</li> </ul>
	- Falta de concessão de auxílio estudantil aos alunos de EAD		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Criação uma política de concessão de auxílio estudantil aos alunos de EAD</li> </ul>

	- Insuficiência do orçamento destinado à assistência estudantil e atraso do repasse		- Retirar o programa de monitoria da política de assistência estudantil, destinando-lhe orçamento específico.
	- Infraestrutura inadequada aos estudos, das atividades culturais e de lazer		- Consolidar as estruturas mínimas para os campi.
	- Falta de estatística séria anterior à tomada de decisões.		- padronizar no ifes um estudo estatístico da evasão, permanência e egressos
	- Currículos inchados.		- criar espaço institucional de discussão dos ppcs
	- Falta de formação e de apropriação do conhecimento das políticas de ensino, pesquisa e extensão do ifes.	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Encaminhamento dos projetos (PPI, PDI, PNE) por via eletrônica;</li> <li>- Convites aos servidores para discussão dos documentos;</li> <li>- Seminários integradores sobre políticas de ensino;</li> <li>- curso de ambientação já realizado para novos servidores (fora do contexto)</li> <li>- Projetos de pesquisa e extensão;</li> <li>- Jornadas de iniciação científica;</li> <li>- Bolsas da PRPPG.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Reestruturar a ambientação para novos servidores, possibilitando a apropriação das políticas de ensino, pesquisa e extensão do ifes;</li> <li>- Utilizar as TICs nos processos de formação;</li> <li>- Elaborar coletivamente (âmbito do ifes e dos campi) manuais com procedimentos básicos dos servidores e outro para alunos;</li> <li>- Promover a mudança dos projetos de curso para contemplar as diretrizes do PDI/PPI/PNE, para inserir os projetos de ensino, pesquisa e extensão dentro da carga horária curricular;</li> <li>- Comunicação mais estreita e efetiva das atividades desenvolvidas;</li> <li>- Orientação quanto aos editais de pesquisa e extensão no incentivo da participação associada de, pelo menos, 2 coordenadorias, tanto de curso quanto administrativa.</li> <li>- Incentivo da participação do técnico-administrativo como autonomia para coordenar um projeto de extensão e atribuição de carga horária.</li> </ul>



	<p>- Falta de conhecimento e de interlocução dos diferentes setores do ifes.</p>	<p>- Priorizar o planejamento estratégico / projeto de definição de atribuição de setores;</p> <p>- Composição do conselho de gestão do campus.</p>	<p>- Reconstrução coletiva das atribuições de todos os servidores nos diferentes setores e definição dos fluxos de trabalho e consolidação de forma cooperativa;</p> <p>- Reflexão sobre a possível aglutinação de setores;</p> <p>- Divulgação das ações das coordenadorias, inclusive nas reuniões de conselhos de gestão;</p> <p>- Repensar os PPCs na perspectiva interdisciplinar.</p>
	<p>- Falta de integração e interdisciplinariedade no currículo.</p>	<p>- Curso de ambientação;</p> <p>- Jornada pedagógica;</p> <p>- Alguns cursos do cefor;</p> <p>- Cursos de servidores (CDS);</p> <p>- Orientações normativas e resoluções.</p>	<p>- Formação continuada local (em cada campus) e regional para docentes e técnico-administrativos sobre uso de TICs, temas transversais, reflexão do processo de docência;</p> <p>- Promoção de seminários para possibilitar compartilhamento de experiências de sucesso;</p> <p>- Criação de rotinas de planejamento coletivo das áreas afins;</p> <p>- Articulação e efetivação das comissões mistas locais e institucional;</p> <p>- Proen: efetivação e articulação da diretriz de integração e interdisciplinariedade.</p>



## MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

Av. Rio Branco, nº 50, Bairro Santa Lúcia, 29056-255 – Vitória – Espírito Santo

27 3357-7534 / 3227-5564 ramal 3004

### ANEXO II ao Relatório de Sistematização do Seminário de Avaliação e Integração das Políticas de Ensino do Ifes

**Tabela A - Ações que devem ser organizadas prioritariamente pela Proen**

Proposições	Observações	Execução	Responsável
Promover seminários de avaliação das políticas de ensino no campus antes do evento maior.	Essa sugestão será incorporada para os próximos seminários, que temos como perspectiva que sejam realizados a cada 02 anos.	2017	Equipe Proen, gestão dos <i>campi</i> e Cefor
Diretrizes para adaptação/flexibilização curricular.	Entendemos que esse tipo de diretriz deverá passar por alguma instância de discussão para que seja avaliada sua viabilidade e formato. A Proen se compromete a encaminhar essa demanda já no próximo ano para algum fórum ou outra instância.	2016	Proen em conjunto com outra instância de discussão
Criação de cursos de formação docente e de equipe multidisciplinar, com gestão do Cefor.	Realização, sob a coordenação do Cefor, de um Programa de formação.	2016 em diante	Cefor / Proen
Formação continuada modular (ex: curso sobre avaliações, diferentes metodologias etc). Certificação por módulo e no final, podendo se tornar aperfeiçoamento ou especialização.	Realização, sob a coordenação do Cefor, de um Programa de formação.  A característica modular desses cursos e a interpretação de sua legalidade não é consensual. Dessa forma, entendemos ser prudente aguardarmos novas	2016	Cefor/Proen

	regulamentações federais para respaldar tais ações.		
Definição dos parâmetros curriculares (público, mercado e infraestrutura).	Os projetos de referência ajudam nessa perspectiva. Outras ações ainda devem ser realizadas, como a articulação com a pesquisa de egressos. O Planejamento Estratégico do Ifes (PE-Ifes) destacou a necessidade de desenvolvermos o "Observatório de Egressos". Este Projeto já está em execução nos campi.	2016	Proen
Definição de indicadores de modo a realizar as avaliações e revisões periódicas.	Deve ser encaminhado pela Proen para uma instância de discussão: fórum, comissão de avaliação, entre outros.	2016	Proen
Criar o manual do candidato, simplificando a linguagem, para a divulgação dos processos seletivos.	Esse é um encaminhamento já previsto pela Diretoria de Ensino Técnico (DET), que elaborará uma cartilha.	2016	Proen
Facilitar a comprovação do aluno como cotista.	Hoje a cobrança de documentos segue um padrão nacional de exigência, sem o qual a lisura do procedimento fica comprometida. Podemos encaminhar uma avaliação junto aos servidores responsáveis, mas acreditamos que não nos seja possível viabilizar tal ação.	XXXXXXX	XXXXXXXXXX
Propiciar ambientação pedagógica para os servidores ingressantes no Ifes (discutindo EJA, diversidade, inclusão, documentos institucionais, didática etc.).	Elaboração de Programa de Formação junto com o Cefor.	2016	Cefor / Proen
Estruturar os Napne dos <i>campi</i> (infraestrutura, AEE, monitores específicos e equipe mínima).	Hoje o principal desafio consiste na contratação e efetivação de pessoal. Alguns encaminhamentos foram dados junto à Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodi), especialmente com relação à contratação de professor de	Atividade permanente	Proen

	Atendimento Educacional Especializado (AEE), mas ainda não temos um encaminhamento em definitivo, uma vez que não temos um código de vaga específico.		
Formação continuada para servidores.	Elaboração de Programa de Formação junto à Prodi.  Outro projeto definido no Planejamento Estratégico do Ifes foi a necessidade de instituir a “Política de Capacitação de Servidores”. Esta Política está em execução por meio do projeto denominado “Salk”.	2016	Cefor / Proen
Proporcionar acessibilidade nos <i>campi</i> .	Entre os anos de 2013 a 2015, esteve em execução o Projeto “Ifes Acessível”. Esse projeto teve a finalidade de mapear as necessidades arquitetônicas nos <i>campi</i> /Cefor. A próxima etapa é encaminhar para o Gabinete o processo com todo levantamento realizado. A expectativa é que, com a abertura desse processo, se inicie o procedimento para a contratação de empresa para elaboração de projetos e, posteriormente, para execução das obras.	2015/2016	Proen
Padronizar no Ifes um estudo estatístico de evasão, permanência e egressos.	Todos os <i>campi</i> /Cefor já instituíram as “Comissões de Permanência e Êxito”, as quais estão realizando o levantamento quantitativo e qualitativo da evasão e elaborando propostas de enfrentamento.	2016	Proen
A Proen deverá efetivar e articular a diretriz de integração e interdisciplinariedade.	Criação de instâncias de discussão para debater a gestão do ensino, com representação e organização em cada <i>campus</i> .	2016	Proen em conjunto com fórum de diretores de ensino (FGE).

Articular e efetivar comissões mistas/interdisciplinares locais e institucional.		2016	Proen/ FGE
--	--	------	------------

**Tabela B - Propostas que a Proen deverá analisar em conjunto com os *campi***

<b>Proposições</b>	<b>Observações</b>	<b>Execução</b>	<b>Responsável</b>
Criar uma metodologia de acompanhamento da assistência estudantil.	Encaminhar a instância de discussão específica, Proen, FGP e Fiae.	2016/2017	<i>Campus</i> , / Cefor Proen / FIAE
Criar uma política de concessão de auxílio estudantil aos alunos de EAD.	Instituir comissão Cefor-Fiae.	2016	Cefor / FIAE / Proen
Retirar o programa de monitoria da política de assistência estudantil, destinando-lhe orçamento específico.	Analisar a proposta junto aos <i>Campi</i> /Fiae/Cefor e encaminhar a discussão para o Conselho Superior.	2016	Proen / FGE / Cefor / FIAE
Criar espaço institucional de discussão dos PPCs.	Acreditamos que os espaços institucionais de discussão já existam, como no caso das comissões de projeto de referência. O que podemos fazer é ampliar e diversificar esses espaços. O Fórum ou a comissão de gestão do ensino poderia ser mais um espaço para este fim, mas essa discussão deve ser sempre iniciada nos <i>campi</i> .	Atividade permanente	<i>campi</i> / Proen / FGE
Realizar seminários para possibilitar compartilhamento de	Verificar junto aos <i>campi</i> viabilidade e analisar se programa de formação pode	XXXXXXXXX	<i>campi</i> , Proen e

experiências de sucesso.	contemplar esta proposta.		Cefor
Criar rotinas de planejamento coletivo das áreas afins.	Esse tipo de procedimento pode ser abordado nas capacitações e formações, mas deve ser de responsabilidade do <i>campus</i> a sua execução.	Atividade permanente	<i>campi</i>
Utilizar as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nos processos de formação.	Também podem ser tema de formação, mas a implementação é de responsabilidade do <i>campus</i> .	Atividade permanente	<i>campus</i> / Cefor
Promover encontros entre os <i>campi</i> do Ifes nas grandes áreas de conhecimento, para compartilhar experiências de ensino, pesquisa e extensão.	Verificar possibilidade de contemplar esse tipo de evento no programa de formação.	Atividade permanente	<i>campus</i> / Cefor
Estruturar os Napnes dos <i>campi</i> (infraestrutura, AEE, monitores específicos e equipe mínima).	Encaminhar solicitação de construção de proposta para o Fonapne.	2016	Proen / <i>campi</i> / Napnes
Atualizar os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs) para currículos integrados, com envolvimento de toda a comunidade escolar.	Atividade realizada pelo <i>campus</i> e, quando necessário, pode ser solicitada assessoria da Proen.	Atividade permanente	<i>campus</i> / Cefor
Promover formação pedagógica continuada para a integração curricular.	Como estabelecido em propostas anteriores, deverá haver alguma ação institucional, mas é importante que cada <i>campus</i> estabeleça seu processo formativo, contemplando-se as especificidades.	Atividade permanente	<i>campus</i> / Proen / Cefor
Consolidar projetos de referência dos cursos do Ifes.	A Proen tem apoiado todas as ações que convergiram para este fim, mas ainda restam muitos cursos para efetivarem este percurso, o que demanda uma articulação maior dos <i>campi</i> e intercampi.	Atividade permanente	Proen / <i>campus</i>

<p>Monitoria especial para alunos com necessidades específicas.</p>	<p>O acompanhamento pode e deve ser organizado pelo <i>campus</i>. Nosso principal obstáculo hoje tem sido normalizar o fluxo de contratações que demandam código de vaga ou contratação de serviços de terceiros.</p>	<p>Atividade permanente</p>	<p>Proen / <i>campus</i> / Cefor</p>
<p>Criação de fóruns locais e do Ifes com representação de todos os segmentos com a finalidade de fazer uma discussão dos temas estratégicos para educação e dar maior coesão a política educacional do Ifes.</p>	<p>Criação de um fórum de integração das políticas de ensino com estrutura nos <i>campi</i> e um para toda a instituição.</p>	<p>2016</p>	<p>Proen / <i>campus</i> / Cefor</p>
<p>Estabelecer diretrizes para elaboração das provas dos processos seletivos de cursos técnicos por meio de ampla discussão nos <i>campi</i>.</p>	<p>Esta demanda também foi apresentada no Planejamento Estratégico do Ifes. Dessa forma, já está em execução o “Projeto Genese”, que está sendo coordenado pela Coordenação Geral de Processos Seletivos. A primeira etapa do projeto é o mapeamento dos processos seletivos. Posteriormente será verificada a viabilidade na reformulação das provas.</p>	<p>2016</p>	<p>Proen / FGP / Cefor</p>
<p>Ampliar a divulgação do Ifes e dos cursos.</p>	<p>Com base na experiência que temos nos processos seletivos, verificamos que o maior impacto de divulgação ocorre quando esta é realizada nas escolas do entorno de cada <i>campus</i>.</p> <p>A “Política de Comunicação do Ifes” também já está em elaboração. Resolver os problemas de Comunicação foi também apontado como objetivo prioritário no Planejamento Estratégico do Ifes.</p>	<p>Atividade permanente</p>	<p><i>campus</i>/ Proen / Assessoria de Comunicação Social (ACS)/ Cefor</p>

## Tabela C - Ações a serem desenvolvidas nos *campi*

<b>Proposições</b>
Comissões de processos seletivos locais devem fortalecer as parcerias com estado e municípios, divulgar (visitas em escolas, palestras nos <i>campi</i> ) e orientar em relação ao edital (auxílio para inscrição).
Promover seminários internos nos <i>campi</i> /Cefor.
Reuniões contínuas entre toda a comunidade (servidores e estudantes), para conhecimento das competências de cada um, por meio de oficinas, seminários, entre outros.
Mais eventos de divulgação de ações, comunicação mais estreita e efetiva das atividades desenvolvidas entre os setores.
Divulgação das ações das coordenadorias, inclusive nas reuniões de conselhos de gestão.
Adequação do currículo às realidades locais.
Revisão dos PPCs de modo a explicitar o atendimento das diversidades dos sujeitos no curso e a tematização dos conteúdos relacionados às questões étnicas, raciais, de gênero, geracionais, direitos humanos, etc., contemplando as diretrizes dessas temáticas, e reformulação os PPCs na perspectiva interdisciplinar.
Formação de comissão composta por sociedade (arranjo produtivo local), pais, professores, TAEs, formandos e egressos.
Reformulação de matrizes, ementas e cargas horárias, integrando pesquisa e extensão no conteúdo programático.
Inserção, no PPC, de pesquisa e extensão como atividade complementar em pelo menos 50% da carga horária das atividades complementares.
Criação de momentos de troca de experiências entre servidores para o desenvolvimento das práticas escolares (grupos de estudos, oficinas etc.), realização de seminários para possibilitar compartilhamento de experiências de sucesso.
Inserção dos projetos de ensino, pesquisa e extensão dentro da carga horária curricular, envolvendo todos os servidores.



Criação de rotinas de planejamento coletivo das áreas afins.
Promoção de mudança dos projetos de curso para contemplar as diretrizes do PDI/PPI/PNE.
Proposta de um projeto de sensibilização para toda comunidade, visando tentar romper com o não movimento que interfere na efetivação da política de educação.
Oferta de momentos formativos sistematizados para os servidores.
Flexibilização dos horários de aula, considerando os cursos concomitantes, os do Proeja e os noturnos
Carga horária de curso que viabilize a monitoria, a tutoria, o reforço escolar, o atendimento individualizado e aulas extras. Garantia dos tempos necessários desde os PPCs.
Incentivo da participação do técnico-administrativo com autonomia para coordenar um projeto de pesquisa ou extensão e atribuição de carga horária.
Reflexão sobre a possível aglutinação de setores.
Criação de rotinas de planejamento coletivo das áreas afins.
Reformulação dos PPCs na perspectiva interdisciplinar.
Proposição de Projetos integradores ensino, pesquisa e extensão, revisados a cada semestre/período.
Intensificação/ampliação do projeto “Ifes Portas Abertas”, em parceria com as secretarias municipais e estaduais (técnicos e superiores).
Garantia, no calendário, de um período para planejamento integrado.
Institucionalizar* ampliar a divulgação do processo seletivo.
*Nesse ponto específico, acreditamos que a institucionalização do processo já ocorre. O que precisamos é dinamizar, aperfeiçoar e ampliar esse processo.

**Tabela D - Relação das demais ações a serem avaliadas junto a outras pró-reitorias**

<b>Proposições</b>	<b>Observações/responsáveis</b>
Valorização acadêmica no currículo discente para estimular a participação dos alunos como representantes da categoria nos órgãos de gestão do instituto.	Proen / Prodi
Maior divulgação nos <i>campi</i> a respeito do andamento das ações de implementação do planejamento estratégico.	Proen / Prodi
Implementar uma política institucional de formação inicial e continuada de servidores.	Proen / Prodi
Incluir, na carga horária do professor, momento para planejamento coletivo integrado por área e por modalidade.	Entendemos que isso já é possível, basta que haja uma articulação da gestão do <i>campus</i> .
Orientação quanto aos editais de pesquisa e extensão no incentivo da participação associada de, pelo menos, 02 coordenadores, tanto de curso quanto administrativos.	Verificar com PRPPG e Proex
Elaboração coletiva (âmbito do Ifes e dos <i>campi</i> ) de manuais com procedimentos básicos dos servidores e outro para alunos.	Proen / Prodi / representante dos <i>campi</i>
Mais eventos de divulgação de ações e comunicação mais estreita e efetiva das atividades desenvolvidas.	Proen / ACS e demais pró-reitorias
Programa de ambientação sobre interdisciplinaridade e integração nos <i>campi</i> (explicação sobre o papel dos setores).	Proen / Prodi
Articulação e efetivação de comissões mistas (locais e regionais).	Verificar possibilidade de articulação nos <i>campi</i> . Obs.: Não especificou finalidade. A demanda surgiu da necessidade de integração curricular.
Consolidação das atribuições e dos fluxos com os diferentes setores, de forma cooperativa, e reflexão sobre a possível aglutinação de setores.	Prodi / Proen / <i>campi</i>
Incentivo da participação do técnico-administrativo com autonomia para coordenar um projeto de pesquisa ou extensão e atribuição de carga horária;	Proen / Proex / PRPPG

Consolidação das estruturas mínimas para os <i>campi</i> .	Prodi / Proen
Reestruturação da ambientação para novos servidores, possibilitando a apropriação das políticas de ensino, pesquisa e extensão do Ifes.	Prodi / Proen
Elaboração coletiva (âmbito do Ifes e dos <i>campi</i> ) de manuais com informações básicas de procedimentos rotineiros para servidores e alunos.	Prodi / Proen / ACS
Formação continuada local (em cada <i>campus</i> ) e regional para docentes e técnico-administrativos, sobre uso de TICs, temas transversais, reflexão do processo de docência.	Prodi / Proen
Criação de componentes curriculares. Ex.: iniciação científica, extensão e responsabilidade social, pesquisa aplicada e extensão tecnológica.	Analisar viabilidade Proen / Proex / PRPPG
Estruturar a equipe de Assistência Estudantil de acordo com o número de alunos dos <i>campi</i> *.  * Este certamente é um aspecto a ser considerado, mas não como o único critério. É importante que inicialmente tenhamos um parecer da Prodi quanto à viabilidade da proposta e que façamos também uma escuta de cada <i>campus</i> para saber se concordam, em sua maioria, com essa proposta. Posteriormente, devemos encaminhar uma comissão mista para a construção da proposta.	Proen / Prodi
Otimizar o tempo de publicação do edital de processo seletivo de discentes e do material de divulgação.	O setor de processo seletivo foi desvinculado da Proen em 2015. Está atualmente ligado diretamente ao gabinete.
Inserir questões de educação no processo seletivo.	Será encaminhado para as comissões dos Processos Seletivos.
Aceleração do processo de implementação do Sistema Integrado de Gestão.	Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI/ Prodi
Adaptação do sistema acadêmico à flexibilidade do currículo,	DTI, com orientação da Proen

quando necessário.	
Reconstrução coletiva das atribuições de todos os servidores nos diferentes setores, definição dos fluxos de trabalho.	Prodi / <i>campus</i>
Efetivação da criação e do funcionamento dos Núcleos de Arte e Cultura nos <i>campi</i> .	Proex
Orientação quanto aos editais de pesquisa e extensão no incentivo da participação associada de, pelo menos, 02 coordenadorias, tanto de curso quanto administrativas.	Proex / PRPPG